

Contribuição à memória da esquerda no interior conservador do estado de São Paulo: Limeira*

José Claudinei Lombardi (Zezó)
João Geraldo Lopes Gonçalves (Janjão)

A maioria das cidades do interior paulista passaram pelos diferentes períodos da história sem grandes diferenças explicativas quanto aos acontecimentos, adequando-se às articulações das suas elites econômicas, sociais e políticas. A ênfase ideológica recai no caráter ordeiro, trabalhador e pacífico do seu povo. O período da Ditadura Militar é enaltecido como de ordem e desenvolvimento. A narrativa é como se não tivesse ocorrido contestação ao regime e muito menos truculência dos militares e milícias civis, as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes de opositores.

Essa é a narrativa na maioria dos municípios interioranos do nosso país e que também é senso comum no município de Limeira, no interior do Estado de São Paulo. Merece registro, ainda, que são escassos os estudos sobre a oposição à ditadura militar nos municípios brasileiros, mesmo com a expansão de pesquisas sobre os mais diversos aspectos do período, resultado da ação das comissões da verdade e da abertura de inúmeros acervos documentais, tanto no Brasil quanto no exterior.

Vivemos os anos de chumbo e a redemocratização “lenta e gradual” no município de Limeira e buscaremos trazer as nossas memórias sobre o período, entendendo como

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.65-109

correta a afirmação de Marx, no “Dezoito Brumário”, de que os homens fazem a sua própria história, mas que não a fazem como querem, nem sob circunstâncias da sua escolha, senão sob condições e circunstâncias legadas pelo passado. Por isso mesmo, escrever nossas memórias não é tarefa fácil, pois a tradição de todas as gerações mortas, e das quais somos herdeiros, nos oprimem como um pesadelo. Por isso, a história é, contraditoriamente, uma construção de quem a produz, mas sob condições e contexto determinados. O contraditório fio-condutor da narrativa será a política, quase nada nos referindo a aspectos da vida privada, uma vez que essa se explica pelo contexto que herdamos e nos quais fomos sujeitos ativos da sua construção. Mesmo quando alinhamos as notas das nossas trajetórias, não buscamos alinhar as informações, colocando-as de forma harmônica, buscando coerência e identidade. O nosso percurso é contraditório, tal como o são tudo o que existe na natureza, na sociedade, no pensamento social e no indivíduo, pois o modo característico de ser de tudo, é mesmo a contradição e não a identidade e a harmonia.

Os autores do presente texto são dois militantes que se conhecem desde o início dos anos 1980: José Claudinei Lombardi, conhecido como Zezo, e que já era, então, professor universitário e, sendo um pouco mais velho, trazia uma visão de mundo que chamava a atenção do segundo; e João Geraldo Lopes Gonçalves, conhecido como Janjão - apelido dado pelo então Padre Luiz Carlos do Nascimento, por lembrar um personagem em quadrinhos da oposição à Ditadura - e que escolheu o caminho do sindicalismo, sendo então um jovem operário metalúrgico, um peão de fábrica como então eram chamados, na época, os trabalhadores do chão da fábrica.

Nós dois militamos juntos, em um ambiente de questionamento, tendo trajetórias às vezes próximas, outras vezes diferenciadas, com atuação nas pastorais da Igreja Católica, identificada com os pobres, iluminada pela Teologia da Libertação. Merece registro que Zezo já trilhava, também, o estudo do marxismo, como referencial acadêmico e político da sua atuação na Universidade. O encontro dos dois ocorreu no mesmo espaço: a organização de um NOVO partido político na cidade de Limeira e região. Naquele momento, não se tratava de militância num dos partidos dos senhores ou do “sim, Senhor”.

Era o momento de organização de um novo partido que se propunha ser uma organização política classista, voltado à defesa dos trabalhadores. Não se trata aqui de traçar a história do PT - o Partido dos Trabalhadores - nascido em 1979, com uma proposta de transformar a sociedade a partir da sua base, questionando o capitalismo, a exploração do trabalhador, a submissão política dos-que-vivem do trabalho a uma elite patronal, historicamente, a continuidade da casa grande e da política coronelista, propondo um projeto de construção da sociedade socialista, pela via democrática, com a mudança das condições concretas em que vivem os trabalhadores. Nessa direção, o novo partido buscava construir um novo projeto político, com a defesa dos direitos trabalhistas, da distribuição de renda, de combate à miséria e à fome, de habitação popular, de saúde, de alfabetização dos jovens e adultos analfabetos e de educação pública, gratuita, laica e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

Merece registro que, também em Limeira, como em praticamente todo o Brasil, o PT foi formado por militantes de esquerda que vinham da militância clandestina de combate à ditadura civil-militar, como os membros dos principais

partidos clandestinos de esquerda - em Limeira haviam membros do PCB e do PCdoB -, participantes das pastorais engajadas da Igreja Católica, formados pela Teologia da Libertação, líderes sindicais combativos e trabalhadores articulados nas oposições sindicais e, enfim, professores de diferentes níveis do ensino.

A proposta de um novo partido, classista, socialista, construído desde as bases, democrático e popular nos atraiu, principalmente quando olhávamos para a nossa cidade - Limeira, que pouco se diferenciava de outras da região - com uma elite econômica conservadora, truculenta e que aparelhava o poder municipal no seu próprio benefício, com famílias se alternando no poder, ao longo de toda a República, passando pela Ditadura Militar até a passagem à chamada Nova República. Em rápidas pinceladas, essa é a característica fundante da política local e os interesses de classe que defendiam.

Zezo foi um dos fundadores do PT e o seu primeiro presidente, também contribuindo para a organização do partido em outros municípios da região. Janjão escolheu o caminho do sindicalismo e, desde o final da década de 1970, com o ressurgimento das greves dos metalúrgicos do ABC, acompanhou a nova onda de efervescência sindical, social e política. No entanto, essa não foi uma onda passageira que a repressão tenha dado conta de sufocar. Ao contrário, a década de 1980 foi rica em enfrentamentos políticos e físicos.

Mesmo com o regime militar sendo colocado em xeque, as viúvas do regime não abandonaram os legados do autoritarismo, da repressão e da perseguição aos oponentes. Em Limeira, o clima não era diferente. Era na oposição, articulada em atos e mobilizações que, literalmente, o “pau quebrava”. Até na mobilização de fundação do PT local, em

1980, o partido foi proibido de usar a sede do legislativo e, no dia marcado, até a praça do entorno da Câmara Municipal estava tomada por Policiais. Zezo e Janjão estiveram no olho do furacão desde então, acompanhando as transformações ocorridas ao longo das décadas seguintes. Buscamos escrever as nossas memórias, nos atendo ao fim da Ditadura Militar, em 1985, sem, entretanto, deixar de completar a narrativa, mesmo ultrapassando esse tempo.

Memórias de José Claudinei Lombardi (Zezo)¹

Nasci em 19 de março de 1953, sendo o quarto de cinco filhos: Cleide Aparecida, Cleusa Alice, João Cláudio (falecido), o quarto sou eu e depois João Claudemir, do casal Antônio Lombardi e Benedita Albertina Milanez, que eram filhos de imigrantes italianos e espanhóis. Os meus avós paternos eram italianos, João (Giovanni) e Thereza Lombardi. Os meus avós maternos eram o italiano José (Giuseppe) Milanez (ou Milanese) e a espanhola Tereza Dominguez.

Esse foi um período de transformação histórica do capitalismo e sinteticamente caracterizadas pelos seguintes traços: passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista; início da eclosão das graves e profundas crises cíclicas; emergência de Estados Nacionais fortes, centralizados e imperialistas que, na divisão internacional do trabalho, eram países centrais de uma periferia submetida à condição de produtores de matérias-primas e alimentos, ao

¹ A elaboração de memorial é usual na vida universitária, redigido tanto para as bancas de mestrado e doutorado, mas, principalmente, para a carreira docente. As informações que seguem foram atualizadas para a realização do concurso de professor titular em História da Educação, no Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp, com a seguinte referência bibliográfica: LOMBARDI, José Claudinei. **Memorial**: da oficina à academia. Campinas: Faculdade de Educação - Unicamp, 2015.

extrativismo, mineração e à produção de poucos produtos agrícolas para exportação.

A minha infância foi marcada pelas conversas sobre o final da Segunda Guerra Mundial que, contraditoriamente, conduziu a um mundo cindido em dois blocos que conviviam sob ameaça de beligerância - a “Guerra Fria”. Nacionalmente, esse período - desde o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, até o Golpe Militar de 1964 - é denominado como Quarta República (além de nacional-desenvolvimentista). Tive uma infância característica de um filho de trabalhador, na segunda metade do século XX: desde jovem, a nossa vida era marcada pela mescla das brincadeiras, do estudo e do trabalho - no meu caso, na oficina junto com o meu pai.

Toda a minha formação escolar, até o colegial, realizei em Limeira. Com seis anos de idade, durante o ano de 1959, frequentei o Parque Infantil Chapeuzinho Vermelho, recém-inaugurado em Limeira. Esse não era considerado um espaço educacional, mas um lugar assistencial. Hoje, tenho um entendimento histórico mais aprofundado da educação infantil², mas na minha memória o Parque Infantil era um

² Organização social fundada por Froebel, em 1840, na Alemanha. Como se sabe, as Creches, as escolas maternas e os jardins de infância foram instituições modelares propagadas a partir dos países europeus na passagem do século XIX ao XX. Chegaram ao Brasil, trazendo uma concepção da assistência científica, formulada no início do século XX e difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, prevendo que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos, numa perspectiva de uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social (cf. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5 - 18, maio; jun; jul; ago, 2000). Os jardins da infância chegaram timidamente ao Brasil somente na década de 1930, apregoado pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, iniciando a sua instalação em São Paulo na década de 1940 e daí se expandindo para outras cidades e regiões do país.

espaço de brincadeira, atendimento à infância e o início de um processo de disciplinamento e aprendizagem³.

O primário cursei no Grupo Escolar Brasil, de 1960 a 1963. Sentia grande orgulho por estar no grupo escolar e esse foi um importante momento de apropriação da leitura e da escrita, da matemática e primeiros ensinamentos dos diferentes campos de saber, inclusive da música - com a pequena fanfarra e o coral. Os Grupos Escolares⁴ tiveram importância fundamental na história da educação, marcando o momento e o nível para a ampliação do atendimento da instrução pública no Brasil, desde a adoção do ideário político nacional-desenvolvimentista⁵, notadamente no segundo governo Vargas, iniciado em janeiro de 1951 e que terminou em 24 de agosto de 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas.

Os grupos escolares foram o coroamento de um longo percurso de efetivação da instrução pública que aconteceu acompanhando o desenvolvimento econômico, a industrialização e a urbanização que, no caso de Limeira, se deu

³ Na juventude, eu voltei a encontrar uma das monitoras, já uma Cientista Social, do “Gasparzinho Vermelho”: a Profa. Margot Ramos Lang, de quem guardava lembranças carinhosas, pelo carinho e cuidado com que cuidava das crianças. Participamos juntos dos movimentos de juventude da Igreja Católica e, depois, comungamos das mesmas opções políticas. Mantemos contato até hoje, ainda que esporadicamente.

⁴ O primeiro grupo escolar de Limeira foi o Grupo Escolar Coronel Flaminio Ferreira de Camargo, registrado por Alessandra Souza dos Santos, na dissertação “Um dia belo, no outro esquecido: a história do Grupo Escolar Coronel Flaminio Ferreira - Limeira: SP (1901-1930)”. O Grupo Escolar Brasil foi o segundo de Limeira, criado em 1934 e instalado em 1935, pois o Coronel Flaminio Ferreira não conseguia abarcar devido ao número limitado de salas e vagas” (Santos, p. 83). O link do trabalho na Biblioteca Digital da Unicamp é: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/cgi-bin/se-arch.cgi?q=coronel+flam%EDnio&fl=m&ps=25&uid=0&lg=pt_BR&wf=0. Acesso em: 24 jan. 2025.

⁵ Interessados em entender melhor esse período, poderão consultar o Verbetes “Nacional-Desenvolvimentismo”, escrito por Marco Antonio de Oliveira Gomes, pelo seguinte link: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/nacional-desenvolvimentismo>. Acesso em: 20 jan. 2024.

com as olarias de tijolos e telhas; também a manufatura de café; a Fábrica de Chapéus Prada, fundada em 1907 pelo imigrante italiano Agostinho Prada; a instalação das indústrias do complexo industrial Levy, a partir de 1912, com a Serraria e a fábrica de Phósforos Radium; em 1914 com a instalação da Indústria de Máquinas São Paulo, por Trajano de Barros Carmargo e em 1915 com a fábrica de calçados e selaria Buzolim, pelo italiano Albino Buzolim. Desse núcleo inicial houve um revolucionar da economia, da sociedade e da cultura, com o estabelecimento das relações e classes caracteristicamente capitalistas, a burguesia e os trabalhadores, igualmente com o aparecimento de uma classe média urbana, dedicada às profissões liberais e aos serviços.

Foram bons os tempos do grupo escolar, do qual tenho boas recordações. No Brasil, entretanto, já eram tempos de efervescência política, uma vez que o país estava profundamente inserido no contexto internacional. O embate entre a esquerda revolucionária e as ditaduras varria o continente americano. Ao contrário do que ocorria na América Latina, na minha família não se tinha uma perspectiva revolucionária, mas as perspectivas populistas do nacional-desenvolvimentismo, com o culto a Getúlio Vargas, lembrado como “pai dos pobres”, graças ao DIP (o Departamento de Imprensa e Propaganda), um eficiente órgão de publicidade, seguindo a cartilha nazista de Joseph Goebbels.

Foi nesse período que a minha família se mudou para um bairro periférico, numa casa construída e acabada aos poucos. A “Vassourinha”, símbolo da campanha de Jânio Quadros, estava colocada na estante da sala, marcando um tempo de intensa e envolvente vida política, num período de profundas contradições, em que o desenvolvimentismo se

deu com uma rápida industrialização do Brasil, a construção de Brasília, graças ao aumento da dívida pública interna, da dívida externa, da inflação e da corrupção, explorada pelo candidato Jânio Quadros, que prometia “varrer a corrupção”. Jânio foi eleito, mas tentou uma manobra com uma controversa renúncia. Eram “ruídos” ideológicos que chegavam em casa, filtrados pelas conversas na oficina mecânica. A direita, apoiada pelos militares, ensejou novo golpe, combatido com a “Campanha da Legalidade”, encabeçada por Leonel Brizola. Assim, João Goulart (o Jango), assumiu a Presidência. As lembranças desse período é que foi de grande instabilidade, de agravamento da crise e de muitas dificuldades para a minha família, lembrada pelo meu pai como “de fartura”, pois “fartava tudo”.

O curso ginásial - de Auxiliar de Escritório -, eu fiz no Colégio Comercial Santo Antônio, de 1964 a 1967. Ademais, o colegial - de Técnico em Contabilidade - fiz na mesma escola, de 1968 a 1970. Numa educação dualista como a capitalista, a opção educacional era uma questão de classe social. Entretanto, a relação entre público e privado estava mudando ao longo do período, mas ainda prevalecia para os filhos da elite a educação pública, de caráter propedêutico e preparatória para a universidade. Para os filhos dos trabalhadores, o caminho era o mundo do trabalho, via educação técnica. Como as minhas irmãs Cleide e Cleusa haviam estudado na “escolinha”⁶, foi ali que meus pais escolheram para que eu e o meu irmão, João, cursássemos o

⁶ Mantive dois artigos d’A Gazeta de Limeira, escritos pelo professor João Francisco Duarte, o meu professor na “escolinha”, intitulados “A Escolinha: subsídios para uma história da educação, em Limeira – I” o outro “A Escolinha: subsídios para uma história da educação, em Limeira – II”, publicados, respectivamente, nos dias 15 e 22 de dezembro de 2013.

“auxiliar de escritório” e, depois, o “técnico em contabilidade”.

Limeira repercutia a política desenvolvimentista, com a instalação, ao longo das seis primeiras décadas do Século XX, de importantes indústrias de transformação, como: Machina Zaccaria, José Fabri e Filhos, Indústria de Máquinas D’Andréa S/A, Indústria de Máquinas Penedo Ltda., Cia. Industrial de Máquinas São Paulo, Máquinas Varga S/A, Indústria de Máquinas Invicta S/A, Indústria Máquinas Lima S/A, Metais Perfilados Glória, Irmãos Rossi, Rodas Arcaro, Rodas Fumagalli, Freios Varga, Cia. Prada, Tecelagem Marilena Ltda., Ferreira Viana, Camilo Ferrari, Sandálias Atlântida, Indústria e Comércio Ribeiro Parada S/A. Limeira era um centro industrial, de máquinas operatrizes para madeira, para beneficiamento de cereais; máquinas de costura industrial; furadeiras, soldadeiras, punçadeiras, prensas e engraxadeiras, mancais e buchas para rolamentos e peças para a indústria automobilística, como rodas, cilindros para freios, radiadores, silenciosos e tanques; sandálias, tecidos, papelão, chapéus, joias, sucos e vinho de laranja, além de aguardente⁷. O desenvolvimento industrial foi motivo para a (re)criação de “nova” Escola Industrial, com cursos da área mecânica, criada em 19 de dezembro de 1944 (Decreto-Lei nº 14.385)⁸, que existe até a atualidade⁹, passando por transformações para se

⁷ Conforme Gazeta de Limeira. **Suplemento Histórico (1826-1980)**. Limeira: Artes Gráficas, 1980.

⁸ A dissertação de Diógenes Nielsen Júnior, da qual fui orientador, teve por título “Trabalho e educação profissional no Brasil: a Reforma Capanema (1942)”, com o último capítulo dedicado à Escola Industrial Trajano Camargo e trazendo vários documentos primários sobre o processo de instalação dessa escola. Ver em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000320547&fd=y>. Acesso em: 24 jan. 2024.

⁹ O link para o texto é: <http://www.trajanocamargo.com.br/a-escola-trajano-camargo-de-1953-a-1957-o-curso-industrial-basico-e-os-extraordinarios/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

adequar à legislação educacional de cada época. No início da década de 1960 consta, ainda, o início das atividades da Escola SENAI “Luiz Varga”, inaugurada em 1962, bem como a criação do COTIL – Colégio Técnico e Industrial de Limeira, da UNICAMP, em 1962, pela Lei Estadual no. 7655, mas somente efetivado em 1967.

Já estávamos em tempos sombrios. Ingressei no ginásio no mesmo ano do Golpe Militar e que, como se sabe, deu-se em 1º de abril de 1964, instaurando mais uma ditadura militar no Brasil, conforme tive oportunidade de registrar em falas, textos e em livro¹⁰. O colegial foi no período de endurecimento do regime. Com relação à opção pelo ensino técnico, com certeza os meus pais partilhavam da concepção ideológica que apregoava melhores condições de vida e de trabalho para os filhos de trabalhadores que tivessem escolarização, única possibilidade de ascensão social para os filhos de pais assalariados - uma tese que, entretanto, é falsa e inversa¹¹. Estudando o ginásio na “escolinha”, entre 1964-1967, ainda menino vivenciei a preparação, implementação e os primeiros anos do Golpe Militar, no seio de uma família pouco (ou nada) politizada, situada num contraditório caleidoscópio ideológico no qual se misturavam a defesa da

¹⁰ LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. R.. Golpes de estado e educação no Brasil: a perpetuação da farsa. *In*: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. Disponível em: http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Ogolpede2016aeduca%C3%A7%C3%A3onoBrasil_book-3.pdf . Acesso em: 24 jan. 2024

¹¹ Artigo de Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise N. Ramos, “Educação Profissional e Desenvolvimento”, originalmente publicada em “Vocational Education and Development”. *In*: UNESCO. **International Handbook of Education for Changing World of Work**. Bom, Germany: UNIVOC, 2009. p. 1307-1319 (Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional), com o patrocínio da UNESCO, Berlim, 2005. p. 2. Disponível em: [file:///C:/Users/zezo/Downloads/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto\[1\].pdf](file:///C:/Users/zezo/Downloads/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto[1].pdf). Acesso em: 24 jan. 2024.

família e da propriedade (numa família de não proprietários), da ação da religião e da Igreja em defesa da “democracia e da liberdade, contra a ameaça e o perigo comunista”.

Hoje se sabe que o golpe decorreu de uma convergência de forças conservadoras, alinhadas aos discursos lacerdistas (i.e, udenistas), com as forças militares e de tradição golpista, então lideradas por Castelo Branco, contando, ainda, com o apoio diplomático, militar e logístico dos Estados Unidos. A justificativa para a concretização do golpe foi o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, em que Jango defendeu as Reformas de Base, com decretos reformistas e nacionalistas e que nada tinham de comunismo, principalmente de nacionalização das refinarias de petróleo privadas, de reforma agrária à beira de rodovias, ferrovias, rios navegáveis e açudes e um decreto tabelando o aluguel.

Em casa, eu me lembro que havia apenas um “estado de atenção”, com comentários e o rádio ligado para acompanhar as notícias. Aparentemente, houve pequena ou nenhuma mobilização, civil ou militar, em Limeira; só o rádio a matracar o assunto – desde a madrugada, no programa “Toninho da Engenhoca”, sempre entremeado das chamadas do Repórter Esso, com seu famoso slogan “O primeiro a dar as últimas notícias”. Até hoje, a imprensa limeirense, em matérias especiais sobre o assunto, continua martelando que praticamente nada aconteceu em Limeira, apenas casos isolados de fichados pela ditadura (e alguns casos, com prisão, interrogatório e “suspeita” de tortura): Bruno Tebaldi; o doutor Antônio de Luna; o advogado e político Jurandyr Paixão; a política limeirense Elza Tank, ligada a Paixão, assim como Antônio Carlos Mesquita, bem como o autor dessas

memórias, José Claudinei Lombardi¹². No entanto, esses são apenas flashes de memória, pois é preciso tempo e pesquisa para construir uma narrativa mais consistente.

Durante o ginásio (1964-1967), o Brasil foi Governado por Castello Branco e no último ano ginásio (1967), por Costa e Silva. A vida da minha família seguia caminhando, com muitas dificuldades. Essa situação me levou ao início de trabalho como aprendiz de sapateiro, na Fábrica de Calçados Feres e depois em dois escritórios de contabilidade, como auxiliar de escritório. Também me lembro do trabalho na oficina. A lembrança que tenho é que meu pai era um mecânico habilidoso. Foi nesses anos de ginásio que fui acometido por fortes dores na cabeça e que, ao final, ocasionou a perda progressiva da visão, com repentino estrabismo, no olho esquerdo. Tenho na lembrança que o diagnóstico e tratamento foi na Clínica de Olhos Penido Burnier, em Campinas: ocorreu uma espécie de derrame no nervo óptico, levando a um processo de atrofiamento ou coisa do tipo.

O colegial ocorreu no curso de Técnico em Contabilidade, entre 1968 e 1970. Esse foi um período de protestos e movimentação, que conduziu os militares a um endurecimento da ditadura, com forte repressão, tortura e morte de opositores. Não é sem razão que esse período é denominado de “guerra suja”, quando todos os aparelhos repressivos de estado estavam interligados. A guerrilha urbana e rural organizada por vários partidos de esquerda correspondeu ao aumento da tortura e morte nos “porões da ditadura”. Lembro-me da intensa propaganda institucional que visava criar uma

¹² Poucas informações sobre a Ditadura Militar em Limeira. Em rápida busca, localizei um artigo no Jornal de Limeira: <http://www.jlmais.com/versao-para-impressao/materia/6603/acervo-na-web-mostra-vigilancia-posditadura>. Acesso em: 24 jan. 2024

euforia nacionalista e patriótica na população, com slogans e músicas de apelo cívico, incansavelmente repetidas, como a música “Pra frente Brasil”¹³, criada para o tricampeonato brasileira na Copa do Mundo de 1970.

Na minha memória, foram anos centrados na escola e no trabalho para ajudar a minha família que passava dificuldades econômicas, em função dos gastos com as complicações cardíacas da minha irmã, Cleide. Nesses anos, trabalhei na concessionária local de veículos Chrysler, com essa mesma irmã. Nesse período comecei a participar da Pastoral da Juventude, integrando o movimento denominado TLC - Treinamento de Liderança Cristã, fundado pelo Padre jesuíta Haroldo Rahm, voltado ao treinamento da juventude, combinando técnicas dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, da Legião de Maria, da Ação Católica e do movimento *Search for Christian Maturity*. Essa foi, para mim, a antessala para ingressar na organização dos jovens em “comunidades” localizadas nas Paróquias, Capelas, Centros Comunitários e nas escolas. Fui uma das lideranças do movimento de Comunidades de Jovens, em Limeira, participando primeiro como animador de uma comunidade local, depois da coordenação municipal da PJ (Pastoral da Juventude) e, depois, no âmbito da Arquidiocese de Campinas. Nesse movimento, reencontrei vários amigos de infância e juventude, particularmente com Luiz Carlos Pierri, que foi (e ainda é) um grande camarada. Gradativamente, fui me distanciando da Pastoral da Juventude e aproximando-me dos movimentos com opção pelos pobres, marginalizados e pelos jovens. Nesse tempo, deu-se a minha aproximação aos

¹³ Sobre essa música, é esclarecedor o verbete na Wikipedia: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra_frente_Brasil_\(can%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra_frente_Brasil_(can%C3%A7%C3%A3o)). Acesso em: 24 jan. 2024

grupos da Ação Católica, como a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JOC (Juventude Operária Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica) e, depois, da Comissão Pastoral da Terra (criada em 1975).

Ao longo do colegial, embalado pela euforia do movimento da juventude, juntamente com Pierri e David, nos tornamos seminaristas católicos, junto à Arquidiocese de Campinas, iniciando uma experiência de formação sacerdotal na Paróquia de São Benedito, sob a cuidadosa e generosa orientação do Padre Gustavo Mantovani, o que se deu ao longo de 1970.

Foi nesse período que começou a minha vida acadêmica, então seminarista da Arquidiocese de Campinas. Essas informações não constam no Currículo, pois não busquei, até hoje, juntar a documentação comprobatória, mas a minha formação superior começou no curso de Filosofia, realizado no Seminário Estigmatino, em Campinas - SP, pois o Seminário Arquidiocesano tinha encerrado as atividades como centro de formação, naquele momento. Juntamente com o Curso de Filosofia, com Pierri e David, fomos autorizados a cursar o Integrado de Filosofia e Teologia no Seminário Franciscano, no Distrito de Nova Veneza, em Sumaré - SP. Sopravam, nesse momento, os ventos da Filosofia e da Teologia da Libertação. Assim, ao contrário dos Estigmatinos que, majoritariamente, mantinham uma orientação filosófica que transitava do neotomismo ao existencialismo (no caso em sua versão cristã, com Karl Jaspers), com os Franciscanos, a ênfase era na Teologia da Libertação e que marcou uma nova postura juntando a tradição judaico-cristã, a fenomenologia e o marxismo.

Paralelamente, também iniciamos, no período matutino, um curso na área de Filosofia ou Ciências

Humanas, em Instituições Superiores regulares, com prioridade para a PUCCAMP. Ingressei no curso de Ciências Sociais, aprovado em vestibular, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Foram bons tempos de vida acadêmica, com muito estudo, participação no Centro Acadêmico de Ciências Sociais e muitas articulações, inclusive em defesa dos povos indígenas, principalmente os Xavante, a quem o Prof. Tom Muller acolhia na sua casa para tratamento médico e outras atividades (notadamente para a busca de auxílio e assistência). Após dois anos de “mochila nas costas”, os superiores da nossa turma de seminaristas (Padres Claudinei Pessotto e Faur) decidiram pela vida em comunidade fora do seminário, numa casa localizada numa esquina do Colégio Pio XII, em Campinas, para maior integração com a comunidade e trabalho pastoral de base. Sugeriram-me a transferência e a fiz para as Ciências Sociais no IFCH/UNICAMP. A militância na AP se aprofundou e se deu pelas ações de organização e formação de quadros. Gradativamente, fui me distanciando da “vocação sacerdotal”, imerso na militância pastoral, nos movimentos sociais e na política¹⁴.

Os anos de 1970 foram de militância, com duas vidas - uma pública e outra mais oculta, clandestina, compreendendo militância, reuniões, viagens para participar de reuniões e encontros no Brasil e no exterior. Era o momento em que a Ditadura Militar brasileira e outras na América Latina viviam os anos de terror contra a esquerda. Na universidade e movimentos, vivíamos um clima de temor

¹⁴ Na militância pastoral, estive vinculado à Pastoral de Juventude e à JUC; nos movimentos sociais, no Movimento Eclesial de Base e no Movimento Contra a Carestia; na política, primeiro no Spes, um dos núcleos da JUC-AP, depois na organização do PT.

e de terror. Não era possível confiar em ninguém, pois sabíamos que havia muitos agentes infiltrados.

Particpei dos acontecimentos dessa época com engajamento, com atenção, muita leitura e alguns escritos iniciais, alinhando reflexões com o uso do método “Ver - Julgar - Agir” para a conscientização crítica de jovens e de moradores das Comunidades Eclesiais de Base, nas periferias de Campinas, São Paulo e Limeira. Essa metodologia era reconhecida pelo Papa João XXIII, na sua encíclica *Mater et Magistra*, de 1961: “para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases” (n. 235). Primeiro, o “estudo da situação” concreta; depois, a “apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes” e, em terceiro, o “exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática”.

O Governo Médici terminou no tempo em que o mundo vivia uma grave crise internacional, com a eclosão, em 1973, da chamada Crise do Petróleo e que teve consequências e desdobramentos também no Brasil, com o fim do Milagre Brasileiro e o início de um ciclo recessivo, de inflação, desajuste das contas e da dívida externa brasileira, que impunha severas perdas aos trabalhadores. Isso explica a mudança de rumos do governo Geisel, com a distensão e o início proclamado da abertura política. Apesar da crise, continuaram os megaprojetos e programas, como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica e as grandes hidrelétricas (Tucuruí, Itaipu, dentre outras), alimentadas pelo crescimento do endividamento externo do país.

Foi nesse contexto que concluí a graduação em Ciências Sociais, no IFCH, e tive que cuidar da minha vida e garantir a minha sobrevivência. Além da docência precária e

temporária na rede estadual e particular, também em cursinhos pré-vestibular, considero que a minha primeira experiência profissional, também articulada aos primeiros trabalhos de pesquisa, foi na FUNAI (de 1977 a 1979), a convite de um colega da FAFI de Rio Claro – Cláudio Romero - para trabalhar num projeto de desenvolvimento dos Xavante. Esse foi um tempo de muito trabalho, aprendido nos livros e em campo. Ademais, foi um tempo de constituir família, casando-me com Maria Ivone Bueno da Silva, com a responsabilidade da existência dos três filhos, que fizeram a nossa alegria naqueles idos: Maíra, Warody e Araê – que receberam nomes indígenas em homenagem aos grupos com os quais convivi. Foram anos em que participei de alguns conflitos de terra, por um lado povos indígenas do Centro-Oeste e Norte, por outro, os agentes das frentes de expansão (madeireiros, garimpeiros e fazendeiros). Foram tempos de muitas contrariedades e dificuldades com a política indigenista da FUNAI.

Já eram outros tempos da Ditadura Militar, que concluiu, contraditoriamente, o Governo Geisel, com um novo fechamento e arrocho contra as liberdades individuais e coletivas da população, sendo alguns setores produtivos postos sob a “Lei de Segurança Nacional” e proibidas as greves nos setores petrolífero, energético e de telecomunicações. Foi vivenciando esse contexto que retornei à Limeira, indo para a pós-graduação em Sociologia Rural na USP/ESALQ (de 1980 a 1985). Apesar de ter atuado em vários grupos tribais brasileiros, o projeto de mestrado foi centrado nos Xavante e teve por objetivo reconstruir o processo histórico desse grupo tribal face ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Desse trabalho resultou a minha dissertação de mestrado, com o título “Os Xavante e a Política

Indigenista no Brasil nos Séculos XVIII e XIX”, defendida em 1985. O estudo dos Xavante me fez entender a contradição em processo: por um lado, a supremacia dos agentes nacionais, imprimindo às relações entre nativos e brancos um caráter de tipo colonial; por outro, a aculturação, por mais que mudasse valores e hábitos, não significava a destruição da identidade social dos nativos. O violento processo de expropriação dos meios de produção (o território tribal), com o extermínio de parte da população indígena, provocou nos Xavante um processo de produção e reprodução das condições necessárias para essa “nação” continuar com a sua identidade tribal.

Concomitante ao mestrado, iniciei o trabalho em uma instituição de ensino superior, o Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA), em Limeira - SP, na qual trabalhei de 14 de março de 1980 a 22 de julho de 1985, ficando afastado sem remuneração de 01 de março de 1983 até a demissão, em vista da aprovação e admissão na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na UEM trabalhei e militei no movimento docente e nos movimentos em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, de 02 março de 1982 a 05 de julho de 1993.

Esses foram anos marcados por um período de acirramento das lutas contra a Ditadura Militar. Primeiro, foram os anos de 1978 a 80, quando eclodiram as greves do ABC. Em maio de 1978, houve a greve na Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, que se alastrou para outras empresas, como a Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen. Um ano depois (1979), houve uma nova onda grevista e, dessa vez, dos metalúrgicos se expandiu para outras categorias profissionais, como professores, bancários, funcionários públicos, jornalistas, operários da construção civil, médicos,

lixeiros e outras categorias. Em 1980, houve uma nova greve em São Bernardo do Campo, que durou 41 dias e mobilizou 300 mil metalúrgicos. Nelas, os velhos dirigentes foram superados por novas lideranças, com destaque para Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, também, os movimentos sociais surgiam forte, acompanhando o chamado “Novo Sindicalismo” e, mesmo estando o governo militar enfraquecido, a repressão aos manifestantes foi dura, com mortes e intervenções nos sindicatos, sendo Lula preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Os movimentos sociais e sindicais se ampliaram, ao mesmo tempo em que o regime militar se enfraquecia. A luta contra a ditadura militar foi um importante polo aglutinador das forças de esquerda, no interior das quais surgiu a proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores (PT) e, depois, da Central Única dos Trabalhadores (CUT - única até que conseguiram quebrar a unidade com a organização de outras centrais). Estávamos imersos nos movimentos sociais, sindicais e na criação do PT, já juntando forças para organizar, em Limeira e na região, o partido, desde fevereiro de 1980, articulando militantes e dirigentes sindicais, agentes das várias pastorais, profissionais liberais progressistas e intelectuais de esquerda. A articulação envolvia um trabalho conjunto para a criação municipal do Partido dos Trabalhadores em toda a região – como Piracicaba, Rio Claro, Cordeirópolis, Iracemápolis, Americana, Cosmópolis e Araras. Eu estava participando ativamente dessa articulação, motivo pelo qual acabei tendo a ficha 001 de filiação ao Diretório Municipal do PT de Limeira, datada de 23 de março de 1981, sendo o presidente da Comissão Provisória e, depois, do Diretório Municipal do PT.

Até meados de 1985 foram anos de muito trabalho político e profissional, entremeando militância nos movimen-

tos sociais, no partido e, já como docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), também na Associação dos Docentes dessa universidade (ADUEM), da qual fui presidente, num momento de grandes embates políticos em defesa da universidade pública, gratuita, laica e comprometida com o tripé que fundamenta a universidade (ensino - pesquisa - extensão). As Associações Docentes proliferaram no país, partilhando da organização de várias instituições e movimentos na educação. Foi um tempo de organização, de luta, mas também de muito trabalho como docente e como pesquisador, em fase de elaboração da dissertação.

Após a defesa da dissertação (em agosto de 1985), até o período de elaboração do projeto de doutorado (outubro/1986), já como docente na Universidade Estadual de Maringá (UEM), estive envolvido com a coordenação de um projeto de pesquisa intitulado “Análise do desenvolvimento capitalista no Brasil no período monopolista”. Esse foi um projeto interdisciplinar, que teve por objetivo estudar o quadro histórico de desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir do final do século XIX. Pela amplitude do tema, os estudos se concentraram em três aspectos: estudar uma periodização do capitalismo brasileiro, a partir das transformações econômicas que se verificaram no interior do processo de monopolização; reconstruir as linhas gerais da transformação do capitalismo no Brasil em cada um desses períodos e analisar os fundamentos da chamada “economia política brasileira”. Para o projeto inicial do Doutorado em Filosofia e História da Educação, esse estudo sobre o capitalismo monopolista no Brasil representava o contexto no interior do qual o objeto de análise proposto (a educação e as teorias educacionais no Brasil) estava inserido.

Para muito além desse projeto, a estada na UEM foi muito rica, notadamente pelos embates e desafios colocados pelo trabalho no Departamento de Educação. Com a juventude da UEM, uma universidade que então estava se construindo, dando a impressão de que tudo estava por se fazer, também os embates e debates eram acalorados. Apesar de ainda muito focado em questões locais, era crescente a ressonância dos debates teóricos sobre a questão educacional que ocorriam num âmbito mais amplo (nacional e este, por sua vez, repercutindo o contexto e as elaborações internacionais) e que deram a tônica da produção até, aproximadamente, meados da década de 1980. Alguns autores e os seus trabalhos animavam esses debates, sendo que, entre os temas discutidos, chamavam-me particularmente a atenção: as análises sobre as concepções teórico-metodológicas da pesquisa educacional brasileira; os estudos quanto a importância da concepção dialética para as pesquisas em educação, bem como os estudos que faziam a articulação entre a educação e o desenvolvimento capitalista, notadamente no período dos monopólios. Na UEM conheci e trabalhei com um vigoroso grupo de intelectuais, comprometidos e devotados à defesa da educação pública, gratuita e competente, entre os quais eu me lembro, carinhosamente, de Guaraciaba Aparecida Tulio, Jean Vincent Marie Guhur, João Luís Gasparim, Lizia Helena Nagel, Sandino Hoff, Zélia Leonel e o velho amigo José Adalberto Mourão Dantas, antigo colega do ISCA e com quem fui prestar o concurso na UEM.

Apesar de serem tempos de Ditadura, então já decadente, sob a Presidência de João Batista Figueiredo, o movimento docente era forte e ativo, tanto em defesa da universidade pública, gratuita e competente, como de avanços e conquistas trabalhistas e salariais.

Por essa época, eu já tinha um bom acúmulo teórico e metodológico marxista, inclusive no campo da educação, notadamente decorrência da docência das disciplinas na UEM, bem como dos embates que ocorriam no movimento docente. Foi nessa época que elaborei o projeto de pesquisa para ingresso no Programa de Doutorado em Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação, da UNICAMP, em outubro de 1985, iniciado em 1986. Nesse ano (1986), iniciamos os encontros entre doutorandos e orientadores e que levaram à criação de um grupo de Pesquisa em História da Educação, institucionalizado em 1991 e passando a se denominar Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, conhecido pela sigla HISTEDBR. O doutorado foi um tempo para aprofundamento dos estudos, focados nas leituras (muitas releituras) das obras de Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Ademais, foram analisadas produções em história da educação, bem como temas relacionados ao marxismo e à educação. No entanto, o doutorado já se deu na chamada “Nova República” – resultado da transição “lenta, gradual e segura” - colocando as lutas no campo político-partidário, nos movimentos sociais e na elaboração da Constituição Cidadã e na redação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. As pautas da esquerda resultaram na conquista de importantes direitos, mas muito aquém do que reivindicávamos.

(Aqui é necessário um parêntese: Mais recentemente, o meu percurso foi atravessado pela circunstância de assumir a Secretaria Municipal da Educação, de Limeira, SP, de janeiro de 2013 a janeiro de 2015, e que me colocou face a novos desafios e a uma imperiosa necessidade de fincar os pés no chão quanto às condições objetivas e materiais de uma rede

municipal de educação - abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Esse foi um período de aprendizagem, propiciado pelos educadores limeirenses, mas também de contribuição em colocar prioridade a consolidação de uma educação pública, gratuita e de qualidade para os filhos dos trabalhadores e que constituem o público majoritário das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental dessa rede municipal).

Ainda que eu considere o meu trabalho uma militância política no âmbito das contradições da Universidade, com certeza um aparelho do Estado burguês a serviço dessa classe, possibilitando uma atuação contra-hegemônica no ensino, na pesquisa e na extensão, é importante registrar que esse é um dos nossos campos de atuação e militância. Entendo que também precisamos atuar nos demais espaços da nossa vida societária, como no sindicato – no meu caso a Adunicamp, nos movimentos sociais – tenho contribuído há longo tempo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - desde quando ainda se articulava no interior da Comissão Pastoral da Terra -, e na política partidária que, mesmo um espaço que faz parte da estrutura da sociedade política burguesa, é contraditório e precisa ser ocupado de forma a buscarmos nos contrapor à tendência partidária de tornar-se um instrumento da ordem. A minha militância partidária, como já registrado, tem se dado no interior do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido de massas e com capilaridade em todo o território nacional. No partido, somo forças àqueles que buscam vergar a vara à esquerda, pois a burguesia sempre busca cooptar os quadros, vergando a vara para a direita. Lamentavelmente, apesar do PT ter excelentes quadros que se posicionam à esquerda, numa perspectiva da política ser um instrumento de transformação, o que

verificamos é uma forte tendência do partido de assumir a política e a prática do poder para a conciliação de classes, garantindo a acumulação de capital e algumas concessões para os que vivem do trabalho.

Atualmente, continuo como docente, pesquisador e orientador, lotado do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da UNICAMP. Grande parte da minha atuação e produção acadêmica se deve ao exercício da coordenação executiva do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR, o mais longo grupo de pesquisa da área da educação, também tendo uma abrangência nacional, com grupos de pesquisa em vários Estados do país. Trata-se de um grupo que tem a peculiaridade de muitos dos seus membros, assumirem o marxismo como referencial teórico, metodológico e político. Como entendemos, como Lênin, que não há prática revolucionária sem teoria revolucionária - o que transferido também para a educação significa que não há prática educativa crítica, transformadora e emancipatória, sem uma teoria pedagógica igualmente revolucionária -, adotamos a Pedagogia Histórico-Crítica no nosso trabalho de formação de educadores e na prática educacional.

Estamos em plena transição do modo de produção capitalista e várias possibilidades históricas se colocam à nossa frente: resultado da destruição ambiental e climática, a humanidade poderá ser levada à extinção ou, no mínimo, haverá um longo período de aprofundamento da barbárie, da miséria, da sede e da fome; a profunda crise estrutural do capitalismo, com perceptível mudança geopolítica, com várias guerras em curso, que poderá acionar a máquina de guerra, da qual já se fala em Terceira Guerra Mundial, alimentando o meganegócio da guerra e que poderá criar um quarto ciclo de

recuperação e desenvolvimento para a acumulação do capital financeiro. Não posso partilhar do culto do fim da história da humanidade, pois ela (a humanidade) só coloca problemas, quando já tem delineada a resposta. Penso que a história é dialética e o fim de um modo de produção (como síntese), é o início de um novo ciclo da história humana (tese) e das suas contradições (antítese).

A utopia da humanidade de construir uma civilização sem propriedade privada, sem classes sociais e sem Estado, com organizações econômicas, sociais e políticas fundamentada numa perspectiva coletivista, solidária, igualitária e autogestionária se abrem à nossa frente, alimentando o nosso projeto estratégico de construção do socialismo como antessala do comunismo!

Memórias de João Geraldo Lopes Gonçalves (Janjão)

Filho de operários, eu sempre tive a indústria e o urbano como os meus companheiros de viagem. Tive a minha trajetória militante iniciada na Igreja Católica, na comunidade de Santa Luzia, no Jardim Vista Alegre, uma Comunidade Eclesial de Base, e isso favoreceu que o então jovem tivesse a sua formação com base na Teologia da Libertação.

Comecei cedo na lida, em uma fábrica de escapamentos, a Silbrás, trabalhando, depois, em grandes empresas, como Freios Vargas, Fumagalli e outras. A formação com base no método Ver, Julgar e Agir me fez pensar a sociedade que vivia e conhecer a pirâmide social. Tais descobertas me levaram a concluir que a sociedade era dividida em classes, na qual muitos tinham pouco e poucos tinham muito. Muitos da minha geração foram abrindo os

olhos para esta condição de vida, nos inquietando na busca de soluções para as graves mazelas e problemas da nossa sociedade.

Nesse contexto, era a Igreja Católica que nos oferecia as suas Pastorais, entre elas a da Juventude e a Operária, nas quais refletíamos o dia a dia à luz do evangelho e, a partir daí, ações para mudar o estado de coisas. O despertar para a militância social, das portas da igreja para o mundo, logo acendeu e levou muitos da minha geração ao engajamento.

Fui para o Movimento Sindical, em uma cidade considerada berço de um parque industrial de ponta no estado de São Paulo e no país. A migração nos anos 1960 e 70 fizeram crescer o “chão das fábricas”, fazendo com que as contradições começassem a ser sentidas. As péssimas condições de trabalho e salário levaram a questionamentos e à necessidade de organizar e lutar.

Foi neste momento que as lutas do ABC Paulista chegaram ao vivo e em cores e influenciaram os trabalhadores da cidade de Limeira. Particpei do grupo e da chapa da primeira Oposição Sindical Metalúrgica, um Sindicato ocupado por pelegos e totalmente comprometido com o patronato. A Oposição foi frustrada, pois foi denunciada e, dessa forma, sequer chegou a existir, com todos os participantes demitidos dos seus empregos. No entanto, três anos depois, ela ressurgiu e venceu as eleições, mas não levou, pois sofreu intervenção. Todavia, em 1986, uma vitória esmagadora e definitiva mudou o cenário.

Juntamente com o Zezo e outros companheiros, presenciamos o surgimento de várias organizações populares em Limeira e região, como as oposições sindicais, os movimentos dos Sem Casa e dos Sem Terra, das associações de moradores e outros. A maioria dessas organizações foi

gestada nas Pastorais Populares da Igreja Católica. Era o rompimento com uma ordem que dizia ser Limeira um lugar de gente conservadora, cumpridora dos seus deveres, sendo uma cidade em que a “revolução de 64” foi boa para o povo. Entretanto, as elites locais herdeiras dos Bandeirantes assassinos agiam nos bastidores, mas também publicamente, de forma truculenta, mostrando a sua face violenta e antidemocrática. Muitos de nós fomos fichados na polícia como subversivos, meliantes perigosos, exatamente por lutar pelos direitos sociais e por transformações estruturais da nossa sociedade. Com isso, perdemos muitos empregos, indo para a lista negra dos indesejáveis nas fábricas.

Entretanto, a época era de rupturas e mudanças para se tirarem os sapos engasgados na garganta. O novo era a luta e o velho era a herança da Ditadura, ainda muito fresca na memória de muitos. Ser de esquerda em uma cidade que se diz conservadora, em que as elites gostavam de ser chamadas de Coronéis, não era nada fácil, mas aconteceu e brilhou.

Este livro é o registro vivo de uma geração de garotos e garotas que ousaram e, ainda o fazem, sonhar com um lugar e um mundo bom e justo para se viver.

Passo, em seguida, a pontuar aspectos que considero importantes das minhas memórias, ainda que de modo pontual, sendo necessária a realização de algumas pesquisas para precisar as informações.

As CEBs: base das lutas populares

No dia 22 de outubro de 2024, a grande imprensa deu em pé de página, uma nota sobre a morte do sacerdote peruano Gustavo Gutierrez, considerado o pai da Teologia da

Libertação (TL), tese cristã de práticas humanas e de prática da fé. Gutierrez lançou a obra *Uma Teologia da Libertação: História, Política e Salvação*, no ano de 1971. O livro foi e ainda é referencial para teólogos e lideranças de movimentos populares, em especial na América Latina. No entanto, o padre peruano já refletia sobre esta teologia três anos antes da publicação deste livro, em 1968, na Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín. A partir do Concílio Vaticano II, foi na Conferência de Medellín, que foi cunhada a frase “Opção Preferencial pelos Pobres” e, com ela, a teologia da libertação foi se gestando.

No Brasil, outro grupo de religiosos – como Leonardo Boff, Frei Betto, João Batista Libânio e outros – foram e ainda são pensadores e militantes desta Teologia. Gutierrez fundamentou a TL a partir de uma reflexão, coroada com a frase: “a pobreza não é uma fatalidade, é uma condição ligada à forma como a sociedade foi construída, nas suas diversas manifestações” – e que define bem os caminhos seguidos pelo pensador.

A Teologia da Libertação influenciou toda a Igreja Católica na América Latina e, no contexto das Ditaduras Militares no continente, em conformidade com a Guerra Fria, colocou os pobres Latino-Americanos como protagonistas de sua história e não como objetos de exploração pelas elites predadoras e assassinas. A TL produziu políticas de ações concretas que alimentaram a reflexão e a militância das Pastorais católicas, tanto as já existentes, como as que surgiram no pós Concílio Vaticano II, como a Pastoral Operária, a Pastoral da Criança, a Pastoral da Juventude, os círculos bíblicos com ênfase na realidade social, econômica e política e o Método Ver-Julgar-Agir, criado pelo Padre belga Joseph Cardijn, nos anos 1920.

Uma outra forma, mais orgânica de ser Igreja, também surgiu a partir da Teologia da Libertação: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Eram agrupamentos geograficamente próximos e marcados pela pobreza e pela miséria. As CEBs se espalharam por toda a América Latina, notadamente no Brasil, onde proliferaram de Norte a Sul do país. Características como ecumenismo, militância social e política, trabalho coletivo eram fundamentados, na TL, pela concepção de que o Reino de Deus começa na terra. Para as CEBs, o templo não é de pedra, ele é o próprio povo pobre e oprimido que, com Jesus Cristo libertador, luta por melhores condições de vida.

Este que vos escreve é fruto desse ambiente da Igreja naquele final dos anos 1970, quando comecei a conhecer a consciência libertadora. Nessa época, em 1973, mudamos para o Jardim Vista Alegre e, confesso que não gostei do lugar, estava acostumado com a Vila Esteves, os meus amigos, a minha escola, a Catequese da Santa Terezinha, a casa da minha avó e o futebol no clube Gran São João. A Vista Alegre era um bairro distante do centro, dos cinemas, de tudo. Não tinha asfalto, as linhas de ônibus eram deficitárias e havia falta de água com frequência. Não gostei da Escola Laércio Corte e foi difícil fazer colegas ali. No entanto, aos poucos, fui me adaptando, descobrindo campinhos para jogar bola e fazendo amigos. Um dos lugares que nos sentíamos bem e nos ajudou a nos adaptar, foi a Igreja, a Comunidade de Santa Luzia, que recebeu este nome por sugestão do Padre Olívio Reato, então Pároco da Paróquia de São José. O espaço da comunidade funcionava apenas nos finais de semana, ocupando as instalações da Escola Laércio Corte, onde também se realizava a catequese, as missas e outras atividades da comunidade.

Padre Olívio era um sacerdote que apostava muito nas pastorais e, embora não fosse um entusiasta da Teologia da Libertação, a apoiava. A Comunidade sobrevivia com a organização do povo, quermesses e dízimos. Aos poucos, foi possível comprar um terreno e iniciar a construção de um salão. Eu e a minha família fomos nos integrando cada vez mais na Comunidade, que passou a ser a nossa segunda casa. Fui dar aulas de Catequese e participava da Comunidade de Jovens. Ainda não tínhamos descoberto as CEBS, mas vivíamos um modelo muito próximo, com mulheres em papel de destaque e a liturgia falando da realidade do nosso povo. Essa realidade nos fazia questionar as nossas condições de vida, com precarização das condições de moradia, falta de água, transporte coletivo ruim, falta de emprego e outras tantas carências. No entanto, ainda não fazíamos a mínima noção de como solucionar esses problemas. Estávamos na Ditadura e nem todo mundo tinha dimensão daquilo. Não sabíamos a quem reclamar.

Nas eleições, os políticos vinham até o bairro, faziam comícios, distribuíam brindes e até comida, prometiam mundos e fundos. Recordo-me de um comício do então candidato a Prefeito Waldemar Mattos Silveira, na época da ARENA, governista e da Ditadura. Aliás, os anos 70 foram dos Arenistas em Limeira. Assim, não tínhamos muitas alternativas para que o povo se organizasse em torno das suas reivindicações e necessidades.

No final da década de 70, mais precisamente entre 78 e 79, acompanhávamos com atenção as lutas e as greves do ABC, com Lula surgindo como a principal liderança. Esse era um assunto básico das nossas reuniões e rodas de conversa da juventude. O ambiente de abertura no país e as lutas dos trabalhadores começaram a fazer parte do nosso cotidiano,

momento em que a Comunidade recebeu o seu primeiro Padre. Luiz Carlos do Nascimento, um capuchinho, formado por Franciscanos de Petrópolis, Rio de Janeiro, chegou em meados de março de 1979, com muita festa da comunidade. Logo, os jovens se identificaram rapidinho com ele. O padre era um pouco mais velho que nós - na faixa dos 30 -, enquanto os jovens da comunidade estavam na faixa dos 20. Fomos nos enturmando com um padre que gostava de música brasileira, tocava violão e trazia novidades da Igreja e do mundo, que pouco chegavam a Limeira. Uma das novidades, para nós, era o fato de Luiz Carlos ter tido como professor uma das estrelas daquele tempo, Leonardo Boff, sendo partidário da Teologia da Libertação e das CEBS.

Uma das primeiras ações do novo Padre foi conhecer a região, bem grande da Comunidade, buscando criar comunidades em cada bairro visitado. As CEBS iam se formando e nós jovens éramos chamados para a tarefa de participar ativamente das comunidades. Duas eram as missões: visitas às residências dos bairros para fazer um levantamento (tipo pesquisa), das condições de vida das famílias; a outra era a organização de círculos bíblicos, dando início a criação de uma comunidade. Esses círculos bíblicos tinham uma metodologia: a partir de um texto do Evangelho, era feita uma análise da situação econômica, social e política do povo, buscando, por fim, ações que poderiam ser desenvolvidas. Essa dinâmica adotava o método Ver - Julgar e Agir. Coordenei vários desses Círculos Bíblicos em bairros que criamos CEBS: Jardim Glória, Novo Horizonte, Olga Veroni, Jardim Alvorada e outros. Em cada uma destas comunidades, havia um Ministro da Palavra, responsável por articular e animar as comunidades, sendo muitas mulheres a ocupar essa função, por sinal.

Juntamente com as CBs, as diferentes pastorais foram se formando, em torno deste novo jeito de ser Igreja. As reflexões que fazíamos, denotava o envolvimento num amplo projeto de formação, visando a atuação em uma nova sociedade, sem Ditadura e com liberdade. Cada vez mais nos convencíamos que somos nós mesmos sujeitos da nossa própria História, sendo o primeiro passo na luta contra a Ditadura e a sua influência na cidade. Formar para o mundo era a preciosa lição que a Teologia da Libertação nos ensinou, pelo Padre Luiz Carlos.

Já no início dos anos 80, uma pequena revolução aconteceu em Limeira: o fortalecimento das CEBS, com a criação do Projeto Periferia. Formado pelas Comunidades de Santa Luzia, Menino Jesus, Santa Ana, Paróquias de São Cristóvão, São José Operário e Nossa Senhora Aparecida, compunham este projeto os Padres Luiz Carlos do Nascimento, Wilson Roberto Zanetti, Sebastião de Vasconcellos, Olívio Reato e Antonio Vasquez. Os temas, demandas e reivindicações já não eram mais localizados, pois vários bairros da cidade se reuniam em torno deste projeto nucleador das CEBS. Os assuntos eram os mais diversos e de interesse dos pobres, que passaram a ser opção preferencial da pastoral católica na cidade. As primeiras ações foram organizar a luta contra o desemprego, contra o aumento da tarifa de ônibus, a criação do Partido dos Trabalhadores e outras demandas locais.

Não posso deixar de registrar que nos anos de 81 a 84, surgiram as Oposições Sindicais, primeiramente com a criação do Sindicato dos Bancários. No entanto, esse é o assunto de outro tópico. A formação no marxismo também é assunto para narrar em outro momento.

Sindicalismo combativo e a paixão de um jovem

As imagens da TV pareciam entrar na sala de casa, as luzes refletindo sobre o ambiente, nesse ambiente estavam apenas duas pessoas: eu e minha mãe, a Dona Rita. Com o rosto tomado por lágrimas, também gritamos por liberdade, liberdade, acompanhando a multidão de 200 mil trabalhadores em um Morumbi completamente lotado. Não era dia de jogo, não era um derby ou o choque rei, nome dos clássicos entre os grandes times de São Paulo. As minhas lembranças dão conta de que era julho, inverno no Brasil e, se não me engano, chovia na capital paulista. Era dia 03, por volta das 16 horas, quando um homem magro, com roupas simples, munido de várias folhas de papel se dirigiu até um púlpito instalado no gramado, a alguns metros do palco-altar. O homem era o operário metalúrgico Waldemar Rossi, membro da Pastoral Operária (PO), metalúrgico e da oposição à diretoria do maior sindicato da América Latina. Ele se dirigiu a um outro homem, sentado em uma cadeira no palco. Esse era o polonês Karol Wojtyła, o Papa João Paulo II. Era a primeira visita de um papa ao país e, aqui, ele percorreu várias cidades em quatorze dias e houve um encontro com os trabalhadores em São Paulo.

Em 1980, o Brasil vivia a explosão das lutas operárias, eclodidas desde 1977, com a retomada das mobilizações e de uma histórica greve, ocorrida na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo. De lá até aquele evento, num Morumbi lotado, foram inúmeras greves, reprimidas com violência pela Ditadura Militar, no interior das quais surgiu uma das grandes lideranças deste país: Luis Inácio Lula da Silva.

Eu, aos 14 anos, em 1977, acompanhava tudo o que acontecia naqueles ambientes fabris, apesar dos noticiários

favoráveis ao regime militar e aos patrões. Eu me encantava com aquelas massas de trabalhadores em luta por condições de trabalho, salário e por liberdade e pelo fim da ditadura. Quando Waldemar leu o seu discurso ao Papa, eu já participava da Pastoral Operária e das CEBs. Nesse discurso, houve a denúncia do assassinato de Santos Dias, nas greves operárias de São Paulo, em 1979. Ele também denunciou as condições de exploração, miséria e fome da classe trabalhadora. Já nascia em mim um grande entusiasmo pelas lutas dos trabalhadores e uma necessidade urgente de militância no ambiente operário.

Os estudos e as discussões na Pastoral Operária e na Pastoral da Juventude nos fizeram despertar para o engajamento sindical. Aprendemos que a maioria dos Sindicatos – e que deveriam ser de defesa dos interesses dos Trabalhadores – estava a serviço dos patrões e da Ditadura, que, a partir do golpe de 1964, cassou e prendeu dirigentes e militantes sindicais, intervindo nas entidades sindicais, chamados de pelegos. Esses, encastelados nos Sindicatos, serviam como freio às manifestações e lutas dos trabalhadores. Na PO, chegamos à conclusão, pelo uso do método Ver - Julgar - Agir que, na cidade de Limeira, a maioria dos Sindicatos de Trabalhadores estava nas mãos de pelegos. Havia uma exceção: o Sindicato da Alimentação que, desde o início da Ditadura, resistiu à repressão. Os demais não passavam de correia de transmissão do patronato. Na década de 70, a industrialização avançava em Limeira, com as indústrias de autopeças e máquinas crescendo a olhos vistos, em função das péssimas condições de trabalho, de salário e com a miséria e a pobreza se alastrando na cidade.

Aos poucos, pela militância, chegamos no recém fundado Partido dos Trabalhadores e, no interior do Projeto

de Periferia da Igreja Católica, começa a articulação de uma oposição sindical ao Sindicato dos Metalúrgicos. As oposições sindicais combativas, em especial o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP), animou duas dezenas de operários de várias fábricas da cidade a se organizar e disputar as eleições daquela categoria no ano de 1981. A inexperiência, somada à ação dos dedos duros nas fábricas e no próprio grupo, impediram que a oposição sequer fosse registrada, pois a maioria foi demitida pelas empresas, inclusive este que escreve. No entanto, essa tentativa, se por um lado nos frustrou, por outro nos ensinou, na prática, levando a que os debates e a organização dos trabalhadores, passasse a se dar quase de forma clandestina, nas Igrejas do Projeto Periferia. A repressão patronal, com ajuda da pelegada, era imensa. Por isso, era preciso ter muito cuidado. Buscar apoio em outros grupos de oposição sindical na região e no Estado era importante, resultando no nascimento da relação com metalúrgicos e outros operários da cidade de Campinas, bem como com o MOMSP.

A organização se dava a partir da PO e outros frutos também ocorreram: foi criada a Oposição Papeleira em Limeira, pois o setor de produção do papel e celulose tinha uma base importante na cidade, com indústrias de ponta no cenário nacional. Era preciso combater uma diretoria sindical pelega que oferecia um assistencialismo forte e clientelista e nada de lutas por condições melhores de trabalho. A Oposição do Papel aprendeu com os erros dos Metalúrgicos e se organizou de forma secreta e, com muito cuidado, conseguiu registrar a chapa e disputar o pleito no ano de 1983. Depois de uma campanha difícil, na qual a diretoria do sindicato dificultou ao máximo, impedindo mesários, fiscais e a lista de votantes para a oposição, acrescida de muita

repressão aos trabalhadores que votassem na oposição, o resultado foi contestado, por ocorrência de fraude eleitoral. A Oposição buscou ações na Justiça do Trabalho, mas ainda estávamos na Ditadura e, infelizmente, nada aconteceu.

Esse foi mais um episódio para os operários tirarem como lição. Enfrentar o sindicalismo, pelego, entreguista e de conciliação, não era uma tarefa fácil de fazer. A hora era de retomar o trabalho de formiguinha nas fábricas, das conversas no pé de ouvido, dos estudos e articulações na PO e outras pastorais.

Em 1984, o ano começa com esperança: era a campanha das Diretas Já, com os movimentos populares e os partidos de oposição ao regime dos Generais buscarem uma ampla mobilização, vislumbrando a possibilidade de aprovação, via Congresso Nacional, de eleições gerais, em especial para Presidente da República, pois a última vez em que houve voto direto para a escolha de Presidente, foi em 1960. Naquele 84, a esperança foi renovada com a retomada das lutas populares, fazendo com que a Campanha pelas Diretas Já para Presidente tomasse conta do Brasil. Os comícios foram gigantescos, como da Candelária no Rio e da Praça da Sé em São Paulo, unindo o PMDB de Ulysses Guimarães, ao PT de Lula. Ademais, juntaram-se a massa trabalhadora, muitos artistas e intelectuais, em um dos momentos mais espetaculares da nossa história.

Em Limeira, governada pelo então prefeito Jurandir Paixão, alguns ônibus foram organizados para eventos em Sampa. O PT e as Oposições estiveram presentes em Campinas e na Capital, mas não de forma organizada. Dois eventos Sindicais ocorreram neste ano com a participação da Oposição Metalúrgica. O 1º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT-, fundada um ano antes,

contou com a participação dos Metalúrgicos da Oposição da cidade, nesse Congresso, ocorrido em São Bernardo do Campo.

Outro evento importante foi a disputa das eleições sindicais dos Metalúrgicos. A chapa foi organizada de forma clandestina, só sendo revelada, após o registro no Sindicato. A busca de apoios locais de outros trabalhadores e movimento foram importantes para a Oposição. Identificada com a CUT, teve total apoio da central, durante a campanha e no decorrer da coleta e apuração dos votos. Com o lema “O Sindicato que temos para o que queremos”, a campanha, embora difícil e com pressão das chefias no interior das fábricas, conseguiu disputar e passar o seu recado.

Foi um pleito cheio de vícios e suspeitas de fraude, ao final do qual a pelegada conseguiu vitória no primeiro turno. Mas como a maioria não foi atingida (50% + 1 dos votos), as eleições tiveram que ser decididas em segundo turno. Agora mais organizada, a Oposição Metalúrgica conseguiu fiscais nas urnas e na apuração. Com a sede do Sindicato lotada, os votos foram contados e o quase impossível aconteceu: a Chapa de Oposição venceu as eleições do maior Sindicato da Categoria, pela diferença de 47 votos. Foi uma festa, com o sonho sendo realizado. Agora era preciso planejar, tomar posse e fazer um mandato de lutas e conquistas.

Entretanto, no dia da posse, o Sindicato foi ocupado por Policiais Militares e um oficial de Justiça trouxe uma ação liminar suspendendo a diplomação. A alegação, das mais absurdas, foi que os Estatutos da entidade não foram cumpridos. Todavia, quem dirigia e controlava a entidade eram os pelegos, portanto a culpa era deles e não da Oposição - que nada tinha a ver com isso. A Ditadura ainda estava em pleno funcionamento, com as suas artimanhas de repressão. No pri-

meiro momento, a diretoria derrotada permaneceu. Com as eleições canceladas, o patronato começou a agir, demitindo os membros da chapa de oposição das fábricas, entendendo que já não tinham o emprego garantido, pois as eleições foram canceladas. Com as disputas no Judiciário e no Ministério do Trabalho, no ano de 1985, o Sindicato sofreu intervenção e um corregedor foi indicado, pelo Governo, para dirigir a entidade, até que o imbróglia se resolvesse.

Naquele ano, depois da emenda Dante de Oliveira - buscando as eleições diretas para Presidente -, um colégio eleitoral votou, no Congresso Nacional, o novo Presidente. Tancredo Neves, candidato das oposições (exceto o PT, que entendia que o voto deveria ser do povo e não indireto), venceu Paulo Maluf, do bloco dos Generais.

No dia 15 de janeiro, o grupo Barão Vermelho, com Cazusa como vocalista, apresentava-se no Rock in Rio para mais de 100 mil pessoas. Antes de começar a canção “Pro Dia nascer Feliz”, ele informou à multidão que a Ditadura Militar acabou. Mais uma vez, eu estava assistindo a TV, chorando e com as esperanças renovadas. Uma fatalidade, a morte do Presidente eleito Tancredo Neves, fez toda a nação ficar apreensiva, pois quem tomaria posse em 15 de março de 1985, era José Sarney, um fiel apoiador da Ditadura. Para a Oposição, esse foi um banho de água fria, pois se acreditava que o moderado Tancredo pudesse dar fim à intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira. Quando o Ministério do novo Presidente foi anunciado, uma luz no fim do túnel apareceu, pois foi nomeado como Ministro do Trabalho o advogado Almir Pazzianotto, ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. No entanto, nada aconteceu e a Intervenção prosseguiu, agora com um corregedor vindo do Ministério.

Tínhamos que nos preparar para as eleições sindicais de 1986. Criamos um jornal para nos comunicar com a categoria, pois muitos metalúrgicos da oposição sindical perderam os seus empregos. Ademais, houve as campanhas para a coleta de alimentos, que mobilizaram as CEBs, o PT e os movimentos populares. Além disso, a Oposição passou a fazer palestras nos bairros, também criando o Cine Clube. Enfim, a Oposição estava bem organizada e a Chapa 1 possuía o Slogan “A Luta Continua”, se não me falha a memória. A pelegada, mesmo não concordando com o fim da Intervenção, montou a Chapa 2. Foi uma campanha intensa, mas tranquila. A vitória foi espetacular, com mais de 70% dos votos válidos.

Os trabalhadores metalúrgicos finalmente ganharam a sua principal ferramenta de luta, que há décadas ficou a serviço dos patrões. As expectativas eram enormes. O Sindicato voltava a ficar cheio nas assembleias e reuniões. A Sindicalização cresceu nos primeiros meses.

Finalizo que o método de prática sindical neste período, tinha muito do Anarco Sindicalismo que, em algum momento, repelia uma organização mais partidária e ampla. Esse era, porém, um sindicalismo classista de base e que apontava para o Socialismo.

Muitos outros assuntos poderiam ser tratados, mas registrar essas memórias é tarefa para um outro texto, mais completo.

Conclusão: a memória como instrumento de transformação

Somos de uma geração que combateu a ditadura militar e ao final repetimos incansavelmente a palavra de ordem: “Ditadura Nunca Mais”!

Apesar dessa insígnia, o fantasma da ditadura tem nos perseguido, marcando toda a trajetória histórica de nosso país. A conjuntura política e social, porém, recomenda cautela, não apenas pela fragilidade da democracia brasileira e das instituições do nosso Estado de direito, mas também e, principalmente, porque é frágil a organização e a capacidade de mobilização dos movimentos sociais populares e das forças políticas da esquerda programática.

Retomar a nossa trajetória nos leva a concluir que temos que aprender com a história. Mas para isso, temos mais perguntas que respostas: O que faz com que dois militantes de esquerda se proponham a escrever suas memórias do tempo vivido sob a Ditadura Militar Brasileira? O que faz com que dois militantes, com percursos diferentes de atuação, busquem traçar objetivos e metas convergentes? O que faz que esses dois militantes, juntem o acúmulo de suas experiências - uma mais acadêmica, outra no meio sindical, num escrito convergente? Como escrever memórias de um período da vida, em uma conjuntura marcada por incertezas quanto ao futuro da democracia no Brasil? Como escrever sobre um tempo passado, sem cair no saudosismo, mas que sirva como recado para as atuais e futuras gerações? Como usar as nossas memórias como instrumentos de transformação da sociedade?

Essas foram algumas das perguntas que fizemos para registrar as nossas memórias. Buscamos, nas nossas adversidades e diferenças, um mínimo de consenso para falar de um assunto que ainda paira, como ameaça, sobre a sociedade brasileira, buscando indicar as possibilidades de luta e enfrentamento da opressão, com olhos voltados para a construção da sociedade socialista.

Sabíamos que não bastava um relato cronológico, mas que era preciso rememorar, também com o coração, às vezes remoendo sentimentos daquele momento histórico, sofrido, mas que nos ajuda a refletir sobre o aqui, agora, e o amanhã. Na redação do fecho deste texto, lembramos do romance “Aos Meus Amigos”, de Maria Adelaide do Amaral, escrito em 1991¹⁵, baseado em histórias reais de amigos da autora que viveram na década de 1970, durante a Ditadura Militar e que, em função dela, separaram-se, voltando a se reencontrar uma década depois, motivados pelo suicídio de um deles.

Nesse reencontro, as memórias de um tempo nada esquecido, vêm à tona. Alegrias e tristezas são colocadas na mesa, mas é necessário que assim seja. As dores sofridas voltaram a ser lembradas neste reencontro. Dores das torturas, das perseguições, da opressão e da ausência de liberdade. No entanto, a solidariedade e o sentido de fraternidade vieram anos depois, mais fortes e consolidados. Mais do que valores, a justiça e a verdade são colocadas como objetivo para esses amigos.

Não podemos nos esquecer de que, apesar de serem reconhecidos 434 mortos e desaparecidos durante a ditadura, a presidenta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Eugênia Augusta Gonzaga, afirma que foram mais de 10 mil os mortos e desaparecidos políticos no Brasil, provocados pela Ditadura Militar, entre 1964 e 1985¹⁶. Contudo, essa história até hoje não foi passada a limpo. Mesmo que os estudos tenham avançado, nem todos

¹⁵ É um romance, de 456 páginas, com a seguinte referência bibliográfica: AMARAL, Maria Adelaide. **Aos meus amigos**. Rio de Janeiro: Globo, 1991. A estória inspirou uma minissérie, exibida pela Rede Globo em fevereiro de 2008. O livro pode ser encontrado em vários sites, o mesmo com os vídeos da minissérie.

¹⁶ A entrevista pode ser acessada pelo seguinte link: <https://apublica.org/2024/10/passa-de-10-mil-procuradora-propoe-recontar-mortos-na-ditadura/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

os arquivos dessa época ainda foram abertos, sabendo-se que muitos acervos foram propositadamente destruídos. A anistia ampla dos torturadores e assassinos dificultou e ainda dificulta que se faça justiça, bem como que a narrativa do que ocorreu, na verdade, seja aberta a todos que quiserem.

Para nós, jovens nos anos 80, estar no olho do furacão era enfrentar o monstro que nos tirava a liberdade. Mesmo sem entender em profundidade o que acontecia naquele tempo, resultado da censura e da falta de informações, não nos furtamos a lutar por uma vida e um mundo melhor. Graças à participação em movimentos pastorais da Igreja Católica, fomos entendendo que sem organização e conscientização crítica, levados a efeito de forma metódica, a luta por melhoria das condições de vida e trabalho, por transformação social, não ocorre. Não éramos e não somos partidários do espontaneísmo, reconhecendo a necessidade de organização de base, de formação e de ação prática.

Ao contrário do que aconteceu no Brasil, os argentinos passaram a limpo sua história, sete anos após o fim da Ditadura Militar no país vizinho. Em 1983, findada a Ditadura, o presidente eleito Raul Alfonsín, determinou que os nove comandantes militares da junta governativa do regime de exceção fossem julgados pelos seus crimes. O julgamento foi transmitido, em tempo real, pelos meios de comunicação para toda a nação e para o mundo. Em consequência, os militares foram presos e alguns faleceram na cadeia. Esse foi um processo difícil para os argentinos, vindo à tona as torturas e assassinatos, mesclado pela desestruturação de milhares de famílias, por causa da repressão. Para os nossos irmãos argentinos, a justiça foi feita e hoje se sabe, com clareza, o que se passou sob este regime de morte.

No Brasil, ao contrário, a “transição lenta, gradual e segura” garantiu a anistia para os responsáveis pelos crimes ocorridos, resultando no que “as viúvas da ditadura” ainda insistem em ideologizar, criando uma narrativa mentirosa, pautada por um revisionismo de extrema direita. Entretanto, essa não é a única herança. Grupos de extrema direita se articulam, vencendo eleições municipais, estaduais e, inclusive, chegando à presidência da república, com uma agenda de extrema direita, retrógrada e violenta. Findado o governo Bolsonaro, foram várias as tentativas de golpe, como a ocorrida em 8 de janeiro de 2023, contra recém-empossado Governo Lula, com desdobramentos até os dias atuais, com ameaças de assassinato do Presidente Lula, do Vice-presidente Alckimin e do Ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Como Limeira não é uma ilha, o que acontece na nossa comuna é a ressonância dos contextos mais amplos - tanto nacional quanto mundial. Com o resgate da memória da esquerda nessa cidade do chamado “interior caipira”, queremos provocar uma revisita à história com olhos no futuro, pois não temos como mudar o passado. Tomamos a memória com um processo educativo, que tem por finalidade formar cidadãos. A memória possibilita o resgate da história. Essa é uma fonte que pode contribuir com a Verdade, sendo um escudo transparente contradiscursos mentirosos (*fake news*), que constituem um perigo para a construção de um novo modo de produzir a vida material, social, política e espiritual.

Os desafios são muitos e enormes. Vivemos sim uma crise de identidade e abandonamos princípios caros para nós. Por isso, com o exercício de resgatar as nossas memórias,

buscamos realizar um ato educacional com vistas à transformação social.

Não há fronteiras nesta luta de morte, nem vamos permanecer indiferentes perante o que acontecer em qualquer parte do mundo. A nossa vitória ou a derrota de qualquer nação do mundo é a derrota de todos (Che Guevara)

Dedicamos este texto a quatro grandes camaradas: Antonio Venâncio, Nelson Caldeiras, José Galdino Clemente e José Bonifácio de Oliveira!